

Indigenistas enviam carta ao BIRD

Eles denunciam ameaça de extinção do povo Nambiquara, se for feita mudança no traçado Cuiabá-Porto Velho

Os indigenistas que anteontem enviaram uma carta encaminhando um dossiê ao Banco Mundial sobre a ameaça de desaparecimento do povo Nambiquara - pouco mais de 500 de uma população estimada em cerca de 10 mil índios no início do século - caso seja efetivada uma alteração no traçado da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, cortando o território indígena onde eles sobrevivem, no Vale do Guaporé-MT, decidiram ontem manter em Brasília uma comissão representativa para acompanhar o desenvolvimento do caso. Ao mesmo tempo, divulgaram a íntegra da carta enviada ao presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, em Washington. Um apelo em favor de que o financiamento do Banco para as obras de pavimentação da BR-364 seja com "a manutenção do traçado original" e para que a instituição apoie uma proposta de demarcação de reserva indígena "que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sobrevivência" do povo indígena, a carta denuncia a utilização do desfolhante químico Tordon, conhecido como o "agente laranja" a

partir da guerra do Vietnam, no desmatamento do Vale do Guaporé por empresas agropecuárias, implantadas no território indígena com base em Certidões Negativas expedidas pela Fundação Nacional do Índio.

A comissão, representativa de 18 organizações, entre elas a Universidade Católica de Goiás, além do Conselho Indigenista Missionário, a Associação de Antropologia, de São Paulo e a nível nacional, revelou que o "agente laranja" já atingiu áreas de plantio dos Nambiquara, tendo suas latas utilizadas por índios.

A CARTA

*"Exmo. Sr.
Dr. Robert McNamara
Presidente do Banco Mundial
Washington - DC*

Senhor Presidente:

Os abaixo-assinados, membros de entidades dedicadas à defesa e proteção do índio no Brasil vêm pelo presente expor a situação do povo Nambiquara ameaçado de extermínio.

Na oportunidade da visita de Vossa Excelência ao Brasil, no final do ano de 1979, entidades e pessoas ligadas ao in-

digênismo foram consultadas pelo Sr. Robert J. Goodland, assessor do Banco Mundial, a respeito das possíveis consequências das obras de pavimentação da rodovia BR - 364 sobre as populações indígenas marginais à estrada. Na mesma ocasião acreditávamos que estivesse sendo concluído o "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil. Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá - Porto Velho" (Ministério do Interior, Ministério da Agricultura e Ministério dos Transportes - 1979).

*As sugestões, comentários e propostas apresentadas ao Sr. Goodland, naquela ocasião, partiam do pressuposto de que a pavimentação se realizaria sobre o traçado da estrada ora em utilização, ou seja, passando pela Chapada dos Pa-
recis.*

Neste instante, o movimento indigenista brasileiro ao tomar conhecimento - através do "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil. Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá - Porto Velho" - da alteração do traçado da rodovia BR - 364, que deverá cortar o território do povo Nambiquara (documento 1) com respectivo anexo e documento 2), achou por bem formular uma denúncia à presidência do Banco Mundial.

Consideram as entidades indigenistas

que, caso se concretize esta mudança no traçado da rodovia BR - 364, ficará caracterizado um ato consciente e programado de genocídio.

Ocorre que o povo Nambiquara, a partir da década de 60, principalmente, vem sofrendo por parte do estado brasileiro, através de sua agência de desenvolvimento, o Ministério do Interior (Funai, Sudam, Sudecol, um processo sistemático de expropriação de seus territórios, bem como de outras ações que levarão, inexoravelmente, ao seu extermínio. Considera - se que contribuíram para este processo:

- A expedição, pela Funai, de certidões negativas (documentos que negam a existência de povos indígenas e o seu direito ao território), que autorizaram empresas particulares a se beneficiarem dos incentivos fiscais do governo para implantarem seus projetos agropecuários (documentos 3, 4, 5 e 12);

- A venda ilegal de terras por parte do governo do Estado de Mato Grosso (documento 6);

- Sucessivas transferências dos grupos indígenas para afastá - los das terras férteis (documento 5);

- Dilapidação dos bens naturais do povo Nambiquara através de projetos agropecuários, financiados pelo governo brasileiro, que se utilizam tanto

de métodos tradicionais quanto de desfolhantes químicos (documentos 7 e 8);

- Impedimento sistemático, por parte das agropecuárias, do cultivo das lavouras de subsistência dos índios (documento 9);

- O descaso e a ineficiência da Funai, pelas medidas mínimas de proteção à saúde (documento 10);

- A postergação intencional, pela Funai, das providências que objetivem a demarcação do território Nambiquara, cedendo à pressão dos fazendeiros (documentos 9 e 11).

A relação acima comprova que tanto o Estado como o empresariado brasileiro vêm agindo contrariamente aos direitos do povo Nambiquara reconhecidos pela legislação indigenista (documento 14).

Nestas circunstâncias, acreditamos que a passagem da BR - 364 dentro do território Nambiquara será o sepultamento definitivo deste povo, com a participação do Banco Mundial, exatamente no momento em que se está tentando viabilizar uma proposta de demarcação de reserva que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sua sobrevivência. Entendemos que a melhor forma de participação desse Banco neste processo será o de apoio à proposta contida no documento, em anexo, nº 13 e a manutenção do traçado

original da estrada.

Esta alternativa, que ora apresentamos, nos parece a única que atende aos interesses e direitos do povo Nambiquara. Caso contrário, a execução do programa proposto pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e dos Transportes com o apoio e financiamento do Banco Mundial será, repetimos, um ato genocida consciente e programado.

O APOIO

A carta é subscrita, ainda, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio, Movimento de Defesa da Amazônia, Secretariado Nacional do Cimi, todos do Distrito Federal; Centro de Trabalho Indigenista, Comissão Pró-Parque Yanomami, Centro de Estudos Sociais Indígenas, Centro de Documentação e Pesquisas Indígenas, Associação dos Engenheiros Agrônomos de S. Paulo, Comissão Pró-Índio - SP, Cimi de Mato Grosso, Goiás e Itacoatiara - AM, e Serviço de Voluntários Austríacos - OED, entidade internacional, assim como a Operação Anchieta, desenvolvida por missionários de origem italiana.

*01/06/80
Lense -
Correio Braziliense*